



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 102, DE 2024

(Do Sr. Messias Donato)

Dispõe sobre o sepultamento em caso de perdas fetais e bebês natimortos.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA; E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD).

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Do Sr. MESSIAS DONATO)

Dispõe sobre o sepultamento em caso de perdas fetais e bebês natimortos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o sepultamento em caso de perdas fetais e bebês natimortos.

Art. 2º É obrigatório o sepultamento das perdas fetais e bebês natimortos, independentemente da idade gestacional do feto.

Parágrafo único. É vedado dar às perdas fetais e bebês natimortos destinação não condizente com a dignidade humana, admitida a cremação do feto.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Óbito fetal é a morte de um ser humano ocorrido antes da expulsão ou de sua extração completa do corpo materno, independentemente da duração da gestação. A indicação do óbito fetal é dada pelo fato de que, após a separação do corpo materno, o feto não respire ou mostre qualquer evidência de vida.

As perdas fetais são classificadas em precoces, intermediárias e tardias, de acordo com a idade gestacional, mas, em todo o caso, são perdas de vidas. No caso de morte do feto com 28 semanas ou mais, esse óbito é considerado como nascido morto ou natimorto. Embora a Lei não defina claramente o conceito de nascido morto, ele está sujeito ao registro civil





e ao enterramento. Nesse caso, não há dúvida quanto à necessidade de se emitir atestado médico de óbito e de proceder ao registro do óbito.

A questão passa a se tornar confusa e sujeita a diferentes interpretações, quando se trata de feto com idade gestacional inferior a vinte e oito semanas. É de se perguntar por qual razão um feto com idade inferior a essa não deva ser protegido pelo ordenamento jurídico.

De fato, constatamos que a Lei é omissa no tocante ao destino a ser dado às perdas fetais, principalmente as precoces e intermediárias. Há apenas recomendação para que o médico forneça o atestado de óbito nos casos de perdas fetais.

A lacuna existente permite que os mais diversos destinos e procedimentos sejam adotados para as perdas fetais, muitos deles não condizentes com a dignidade humana. Muitas vezes esses fetos são entregues à coleta hospitalar, recebendo um tratamento equivalente a lixo, o que é inadmissível e eticamente condenável.

O sepultamento é um ato que reconhece a humanidade do feto ou bebê natimorto, independentemente do estágio de desenvolvimento. Conferir um sepultamento digno demonstra respeito à vida e à perda sofrida pelos pais.

Além disso, o ato do sepultamento oferece um espaço físico e simbólico para os pais vivenciarem o luto de maneira mais concreta. Isso pode ajudar no processo de aceitação da perda e contribuir para uma experiência de luto mais saudável ao reconhecer o vínculo familiar entre os pais e o bebê, mesmo que tenha sido breve.

O ato de sepultar permite que os pais tenham um local tangível para homenagear e lembrar de seu filho. Isso contribui para a construção de memórias significativas e facilita o processo de recordação.

Ao considerar esses aspectos, a obrigatoriedade do sepultamento de perdas fetais e bebês natimortos pode ser vista como uma medida que busca proporcionar um tratamento mais compassivo, ético e respeitoso diante de uma situação tão delicada como a perda gestacional.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputado Messias Donato

E por entender necessária a normatização do destino das perdas fetais e bebês natimortos, apresentamos o presente projeto de lei, para o qual solicitamos o apoio dos membros desta Casa.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado MESSIAS DONATO

Apresentação: 05/02/2024 13:31:04,667 - MESA

PL n.102/2024

